



Aureliano e Maciel querem definir um calendário eleitoral

JORNAL DO BRASIL 22 NOV 1987

Aureliano quer apoio das bases para ser candidato

Rogério Coelho Neto

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, vai receber dia 9 de dezembro, quando retornará de uma viagem à Alemanha, Húngria, Áustria e Estados Unidos, um levantamento que apontará o comportamento das bases do PFL diante da sua virtual candidatura à sucessão do presidente José Sarney. Se a maioria dos representantes pefelistas nos estados o apoiarem, o ministro poderá, então, iniciar sua campanha entre fevereiro e março.

Aureliano, que embarca hoje à noite para a Europa e os Estados Unidos, concordou com o levantamento depois de receber dos senadores Carlos Chiarelli, Marco Maciel e Jorge Bornhausen, no final da tarde de quinta-feira, um apelo patético para se declarar candidato. Os três senadores foram ao gabinete do ministro, depois de uma reunião preliminar, para lhe dizer que o tempo estava trabalhando contra o seu nome e que ele não poderia continuar a brincar com a sorte.

Calendário — Na reunião com Chiarelli, Maciel e Bornhausen, o ministro de Minas e Energia deixou claro, porém, que só autorizará o lançamento de sua candidatura pelo PFL, na volta da viagem ao exterior, se tiver plenas garantias de que o presidencialismo será resgatado pela maioria da Constituinte na fase de votação final do anteprojeto Bernardo Cabral.

Bornhausen ainda tentou convencer Aureliano a se lançar candidato, independentemente do sistema de governo que venha a predominar na nova Constituição, para ajudar na reorganização do PFL. O ministro recusou, porém, a idéia, sob a alegação de que não poderia depois, como defensor da soberania da Constituinte, ir para as ruas lutar pela derrubada do parlamentarismo, caso o regime de gabinete venha a prevalecer na futura Carta.

O ministro das Minas e Energia aproveitou a reunião para demonstrar a sua preocupação com a preparação das eleições presidenciais. Acha que os partidos devem se unir em torno de um programa mínimo para dar ao país um calendário eleitoral que preceda as decisões finais da Constituinte, no que for possível.

Preocupação — Na visita a Ulysses,

sexta-feira, em São Paulo, na companhia do senador Marco Maciel, Aureliano transmitiu, também, ao presidente nacional do PMDB, suas preocupações com a preparação das eleições presidenciais. Teme que o presidente José Sarney se desinteresse pelo problema e que os partidos, à espera das conclusões finais da Constituinte, deixem de tomar decisões preliminares no Congresso.

Ulysses garantiu ao ministro das Minas e Energia que a legislação eleitoral que não venha a se conflitar com a nova Constituição será aprovada pela Câmara e Senado, antes do recesso do final de ano. Um dos assessores do presidente do PMDB revelou que ele, tão logo Aureliano e Maciel deixaram a sua casa, telefonou para o deputado Homero Santos, que o substituiu na presidência da Câmara, pedindo-lhe para listar todos os projetos em tramitação que versam sobre as futuras eleições presidenciais e municipais.

Sondagem — As sondagens às bases do PFL sobre a candidatura de Aureliano à sucessão de Sarney serão conduzidas pelo presidente nacional do partido, Marco Maciel. Para isso, o ex-chefe do Gabinete Civil vai percorrer o país, a partir de amanhã, com o objetivo de definir, não se o ministro de Minas e Energia deve ser candidato, mas qual o melhor momento para ele iniciar sua campanha.

Maciel, paralelamente, conversará com presidentes de todos os partidos para sugerir a elaboração conjunta de um calendário eleitoral. O senador pernambucano não esconde dos políticos que figuram no seu restrito círculo de amizades pessoais que teme por uma tentativa qualquer de desestabilização do processo eleitoral. Essa anormalidade poderia nascer, na sua opinião, no interior do Palácio do Planalto.

A melhor fórmula, segundo Maciel, para anular surpresas, é a da preparação das leis de regulamentação da eleição, desde já. A deputados do PFL paulista que foram recebê-lo e a Aureliano, na chegada para a visita a Ulysses, o senador pernambucano disse que toda a regulamentação eleitoral possível precisa ser aprovada este ano para que os interessados na desestabilização do processo político sintam que o Congresso está atento e disposto a levar adiante a idéia da classe política de eleger um novo presidente no final de 1988.